



Centro de Integridade Pública

Anticorrupção – Transparência – Integridade - Edição N°4/2018 – Abril-Distribuição gratuita

Um Olhar Sobre a Despesa Pública

EMPRESA AEROPORTOS DE MOÇAMBIQUE: MAIS UM ÔNUS PARA AS GERAÇÕES FUTURAS

Resumo

A empresa Aeroportos de Moçambique, Empresa Pública (ADM, E.P.), pelo tipo de actividades que exerce devia ser das empresas públicas mais lucrativas do país. No entanto, de acordo com os Relatórios e Contas da empresa (de 2012 a 2016), esta enferma do mal que assola a maior parte das empresas com intervenção do Estado, nomeadamente, acumulação de prejuízos e indícios de má gestão.

A má gestão de qualquer empresa pública representa um fardo para o Orçamento do Estado. No caso da ADM, para além de estar a somar prejuízos que se vem acumulando ano após ano, representa um custo para as contas públicas no presente e certamente será um ónus para as gerações futuras. Isto devido ao peso elevado de empréstimos de longo prazo e em moeda estrangeira¹ para os quais a empresa não gera recursos suficientes para pagar.

Os documentos financeiros da empresa indicam que parte das suas receitas é em moeda estrangeira, contudo, estas não têm sido suficientes para cobrir os elevados custos de serviço da dívida, o que significa que as variações cambiais (especialmente em casos de depreciação, como ocorreu em 2016) têm um efeito altamente prejudicial sobre os resultados financeiros desta empresa.

Se, por um lado, a depreciação impulsiona positivamente o volume de negócio² (tal como

¹ Vide Anexo 1: Empréstimos Contraídos pela ADM, E.P. até Dezembro de 2016.

² Volume de negócios diz respeito ao valor de bens e serviços vendidos por uma determinada empresa. Tem em conta o período de tempo estabelecido para a análise.

aconteceu até 2016), por outro lado, afectou negativamente as contas da empresa, pois o custo do reembolso dos empréstimos mais do que duplicou, levando a empresa a registar prejuízos financeiros elevados.

Com base na informação financeira disponível até então³, a principal fonte de financiamento da empresa são os capitais alheios (67%), em forma de empréstimos de médio e longo prazos, para fazer face aos investimentos em infra-estruturas. Entretanto, a liquidez geral⁴ reduziu de 0,48 para 0,25, significando que mesmo num curto prazo deteriorou a capacidade de a empresa honrar os seus compromissos, ou seja, para fazer pagamentos referentes aos passivos igualmente de curto prazo.

1. Histórico e Actividades da Empresa

A empresa Aeroportos de Moçambique (ADM, E.P)⁵ é uma empresa pública com personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e subordina-se ao Ministério dos Transportes e Comunicações. Tem por objecto principal, em regime exclusivo, estabelecer e explorar o serviço público de apoio à aviação civil. Além do seu objecto principal, a ADM, E.P. tem ainda a prerrogativa de exercer actividades comerciais, industriais e financeiras.

A ADM foi criada através do Decreto 10/80 de 1 de Novembro como uma Empresa Estatal, no culminar de um longo processo de reestruturação das actividades de Aviação Civil no país. A criação dos Aeroportos de Moçambique foi com o fim de integrar as actividades de exploração de infra-estruturas aeroportuárias até então cometidas aos Serviços de Aeronáutica Civil.

A ADM foi transformada de Empresa Estatal em Empresa Pública, ADM, E.P através do Decreto-Lei nº. 3/98 de 10 de Fevereiro⁶. Sendo uma empresa pública, tem personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e subordina-se ao Ministério dos Transportes e Comunicações.

A empresa tem a sua Sede na Cidade de Maputo e em 2016 empregava 852 trabalhadores.

Tais actividades atribuídas à Aeroportos de Moçambique consistem especialmente em:

- Dirigir e controlar o tráfego aéreo;
- Assegurar a partida e chegada de aeronaves;
- Criar condições para o embarque, desembarque e encaminhamento de passageiros, carga e correio;
- Planificar, executar e explorar a rede de infra-estruturas e assegurar a sua manutenção;
- Promover a captação de receitas em fontes internas e externas a serem aplicadas na gestão, operação, manutenção, exploração, expansão e embelezamento das infra-estruturas de navegação aérea;
- Gerir quatro Aeroportos Internacionais (Maputo, Beira, Nampula e Nacala), sete Aeródromos Principais (Pemba, Tete, Lichinga, Inhambane, Chimoio, Quelimane e Vilanculos) e oito Aeródromos Secundários (Angoche, Bilene, Inhaca, Lumbo, Mocímboa da Praia, Ponta de

³ Relatório e Contas, 2016.

⁴ Activos correntes dividido por passivos correntes. Se este rácio é menor que 1 (o que é o caso desde 2014 em diante) não haveria disponibilidade suficiente para saldar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

⁵ <https://www.aeroportos.co.mz/>

⁶ Relatório e Contas dos Aeroportos de Moçambique, 2016

Ouro, Ulongue, Songo)⁷;

- Além do seu objecto principal, a ADM tem ainda a prerrogativa de exercer actividades comerciais, industriais e financeiras.

A ADM rege-se pela Lei das Empresas Públicas (aprovada pela Lei 3/98 de 10 de Fevereiro), estatutos e disposições legais e regulamentares que especialmente lhe forem aplicáveis como empresa prestadora de serviços públicos. A empresa é tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) e o Ministério da Economia e Finanças (MEF)⁸.

2. Análise

A presente análise irá centrar-se na apresentação das constatações dos Relatórios e Pareceres da Conta Geral do Estado (RPCGE) apresentada pelo Tribunal Administrativo (no âmbito das suas auditorias à empresa) até ao ano de 2016, bem como interpretação da situação económico-financeira plasmada nos Relatórios e Contas da empresa de 2012 a 2016⁹.

2.1 Constatações dos Relatórios e Pareceres da Conta Geral do Estado 2014-2016

De acordo com as auditorias realizadas pelo Tribunal Administrativo no período em análise acima apresentado, as constatações mais relevante foram:

a) Aumento de Capital Social por conversão de dívida;

b) Divergências das condições dos acordos de financiamento;

c) Emissão de Cartas de Conforto pelo Estado para construção do Aeroporto Internacional de Nacala;

d) Não Cumprimento de reembolso de acordos de retrocessão;

e) Celebração de mais acordos de retrocessão mesmo com incumprimento de reembolso dos anteriores.

a) Aumento de Capital Social por conversão de dívida

De acordo com o RPCGE 2014, esta empresa teve um aumento significativo do seu capital social de 2013 a 2014 de 17,088%, resultante de uma conversão de um acordo de Retrocessão em Capital Social e não de forma pecuniária.

Segundo a Escritura Pública de Saneamento da Dívida, celebrada entre a Direcção Nacional do Tesouro e a ADM, E.P., no dia 30 de Junho de 2014, foi autorizada a conversão da dívida, estimada em 136.751.597 Dólares Americanos, equivalente a 4.307.675.310 Meticais (totalidade da dívida acumulada até então) em aumento de capital social da mesma empresa.

Da verificação do Anexo Informativo 5 e Mapa I-2 constata-se que esta operação não está neles reflectida, o que constitui uma violação do estatuído no n.º 1 do Artigo 46 da Lei n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro. Segundo este Artigo, a CGE deve ser elaborada com

⁷ Relatório e Contas dos Aeroportos de Moçambique, 2016

⁸ Idem.

⁹ A análise é até 2016 por ser a mais recente até então.

clareza, exactidão e simplicidade de modo a possibilitar a sua análise económica e financeira. **Em outras palavras, o aumento substantivo do Capital Social derivou de mais um empréstimo e não como resultado do lucro pelas actividades da empresa.**

De acordo com Metelo, Sofia (2013)¹⁰, “No aumento de capital com créditos sobre a sociedade não há uma verdadeira aportação de meios para a sociedade, não correspondendo a uma real entrada de elementos patrimoniais para a sociedade. Nestes termos, este tipo de aumento de capital poderá ser considerado meramente nominal.”

Vide RPCGE 2014: Quadro n.º IX.6 – Mapa de Variação no Capital Social das Empresas Públicas

(Em mil Meticais)

Ordem	Empresa	Capital Social		
		2013	2014	Varição
1	ADM - Aeroportos de Moçambique, E.P.	25.290,00	4.347.050	4.321.760
2	CFM - Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.	0	1.242.981	1.242.981
3	Correios de Moçambique, E.P.	5.718,00	5.718	0
4	EDM- Electricidade de Moçambique, E.P.	6.197.200,00	6.197.200	0
5	EMODRAGA- Empresa Moçambicana de Dragagens, E.P.	2.543.822,00	2.448.693	-95.129
6	Empresa de Desenvolvimento de Maputo Sul, E.P.	749.001,00	60.000	-689.001
7	ENH- Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P.	60.000,00	749.001	689.001
8	HICEP- Hidráulica de Chókwè, E.P.	218.185,00	242.329	24.144
9	Imprensa Nacional de Moçambique, E.P.	25.000,00	25.000	0
10	Parque de Ciência e Tecnologia em Maluana, E.P.	1.242.981,00	441.600	-801.381
11	RBL - Regadio de Baixo Limpopo, E.P.	121.999,00	15.000	-106.999
12	RM- Rádio Moçambique, E.P.	15.000,00	121.999	106.999
13	TPB- Transportes Públicos da Beira- E.P.	14.908,00	3.600	-11.308
14	TVM- Televisão de Moçambique, E.P.	3.600,00	14.908	11.308
Total		11.222.704	15.915.079	4.692.375

Fonte: CGE de 2014.

b) Divergências das condições dos acordos de financiamento

Neste mesmo documento, foram analisados os acordos de financiamento e de retrocessão, referentes aos desembolsos de 2014, tendo-se constatado que, contrariamente ao estatuído na alínea b) do n.º 3 do Artigo 9 da Lei n.º 1/2014, de 24 de Janeiro (Lei inicial do Orçamento do Estado de 2014), existem divergências nas condições contratuais em alguns acordos.

De acordo com a tabela abaixo, é possível verificar que a empresa ADM foi a que recebeu maior financiamento nesse ano e é ainda mais grave neste tipo de caso haver divergências entre a maturidade e período de graça, pois pode pôr em causa o cumprimento do serviço da dívida destes empréstimos. Urge esclarecer este tipo de divergências principalmente para não colocar a empresa numa situação de incumprimento e acima de tudo agravar o ónus às gerações futuras.

¹⁰ https://run.unl.pt/bitstream/10362/17406/1/Metelo_2013.pdf

Vide RPCGE 2014: Quadro n.º IX.15 – Divergências entre as Condições dos Acordos de Financiamento e de Retrocessão de 2014

N.º Ordem	Financiador	Empresa Beneficiária	Valor	Moeda	Divergência
1	FAD	EDM, E.P.	26.300.001	Unidade de Conta	Maturidade e período de graça.
2	AFD	EDM, E.P.	20.000.000	Euros	Maturidade e período de graça.
3	Eximbank Índia	EDM, E.P.	25.000.000	Dólares americanos	Maturidade.
4	Eximbank China	EDM, E.P.	150.000.000	RMB Yuans	Maturidade e período de graça.
5	Eximbank China	Aeroportos de Moçambique, E.P.	440.365.443	RMB Yuans	Maturidade e período de graça.
6	Eximbank China	IGEPE	381.600.000	RMB Yuans	Maturidade e período de graça.

Fonte: DNT.

c) Emissão de Cartas de Conforto pelo Estado para construção do Aeroporto Internacional de Nacala

De acordo com o RPCGE 2015, o Estado emitiu em 2014 cartas de conforto¹¹ para diversas entidades para permitir a estas a contratação de empréstimos bancários.

O mesmo documento refere que, da auditoria realizada à ADM E.P., foi constatado que o Estado emitiu uma carta de conforto para permitir à empresa contrair um empréstimo bancário de 41.534.260 Dólares Americanos para a construção do Aeroporto Internacional de Nacala.

Ou por outra, o Estado foi avalista deste empréstimo.

Este empréstimo por si só demonstra o quão a interferência política causa igualmente grandes distorções financeiras à empresa. Obrigado pelo próprio Estado, a empresa está instruída de executar projectos que carecem de estudos de viabilidade profundos que a posterior se transformam em “elefantes brancos” – que não rendem os recursos financeiros suficientes para reembolsar os empréstimos. Dado que, como indicado no começo deste Artigo, a ADM “tem por objecto principal, em regime exclusivo, estabelecer e explorar o serviço público de apoio à aviação civil”, as decisões de se construir ou não um aeroporto não deviam ser tomadas de um ponto de vista político. Ou seja, não se consideram aspectos como: se o projecto vai gerar os recursos necessários para o reembolso dos empréstimos.

¹¹ A carta de conforto é uma missiva dirigida a uma instituição de crédito por uma entidade que detém interesses dominantes ou significativos numa terceira entidade. Nessa carta, a entidade subscritora afirma ou pressupõe conhecer um compromisso assumido ou a assumir pela terceira entidade, perante a destinatária. Posto isto, ela conforta ou tranquiliza a instituição de crédito em causa, quanto à seriedade da recomendada ou quanto ao incumprimento dos deveres por ela assumidos (Fonte: RPCGE 2015).

Vide RPCGE 2015: Quadro n.º X.21 – Cartas de Conforto Emitidas pelo Estado em 2014

Beneficiário	Finalidade	Banco	Valor
Petromoc, SARL	Apoio às gasolinhas na importação de combustíveis.	Sindicato de 8 Bancos	n.d
Aeroportos de Moçambique, E.P.	Reajuste de preço do projecto do Aeroporto de Nacala.	Banco Comercial de Investimentos	n.d
Conselho Municipal da Matola	Construção do Edifício Sede.	Banco Comercial de Investimentos	n.d
Empresa Moçambicana de Transportes Públicos de Maputo/TPM	Importação de peças sobressalentes para autocarros.	Banco Comercial de Investimentos	n.d
Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE)	Participação no projecto de montagem de viaturas.	Banco Comercial de Investimentos	n.d

Fonte: DNT.

d) Não cumprimento de reembolso de acordos de retrocessão

De 2011 a 2016, a ADM, E.P., não efectuou qualquer tipo de reembolso sobre os acordos de retrocessão. Sobre esta questão, o Governo referiu que tem vindo a fazer monitoria do cumprimento das obrigações das empresas arroladas, tendo constatado que desde o exercício económico de 2013, devido ao impacto da crise, essa e outras empresas enfrentam graves problemas de tesouraria.

Esta empresa, tal como outras apresentadas na tabela abaixo, estão em situação de incumprimento, deteriorando cada vez mais a imagem do Estado Moçambicano para com os seus financiadores.

Vide RPCGE 2015: Quadro n.º IX.14 – Evolução dos Reembolsos de Empréstimos Concedidos por Acordos de Retrocessão

(Em mil Meticais)

N.º Orde m	Designação	Ano					Total	Saldo a 31/12/15
		2011	2012	2013	2014	2015		
1	CFM, E.P.	51.863	40.752	0	79.769	108.432	280.816	4.066.589
2	EDM, E.P.	150.000	100.000	125.000	125.000	25.000	525.000	13.361.950
3	FPAG	104.400	89.213	86.395	230.433	184.000	694.441	6.274.923
4	HCB, SA	116.655	94.278	124.544	14.738	110.796	461.011	291.735
5	TDM, SA	5.000	16.755	0	0	0	21.755	1.551.418
6	ADM, E.P.	0	0	0	0	0	0	3.752.936
7	FARE	0	0	0	0	0	0	1.097.255
9	FFPI	500	250	0		166.601	167.351	138.749
10	FFH	0	0	0	0	0	0	386.065
11	ANE-Fundo de Estradas	0	0	0	0	0	0	2.754.903
12	FAPI/GAPI	0	0	0	0	0	0	250.643
13	Emp. de Desenv. Maputo Sul, E.P.	0	0	0	0	0	0	22.398.909
14	IGEPE	0	0	0	0	0	0	514.074
15	Outros Reembolsos	0	44	44	0	9.366	9.454	9.366
Total		428.418	341.292	335.983	449.940	604.195	2.159.828	

Fonte: Anexo Informativo 5 da CGE (2011-2015).

Vide RPCGE 2016: Quadro n.º X.13 – Saldos dos Empréstimos com Acordos de Retrocessão

(Em mil Meticais)

N.º Ordem	Designação	Saldo a 31/12/15	2016		Saldo a 31/12/16	Var. (%) 2015/16
			Desembolsos	Reembolsos		
			(1)	(2)		
1	CFM, E.P.	4.066.589	0	0	4.066.589	0,0
2	EDM, E.P.	13.361.950	5.415.508	12.500	18.764.958	40,4
3	FIPAG	6.274.923	363.900	257.027	6.381.796	1,7
4	HCB, SA	291.735	0	352.671	-60.936	-120,9
5	TDM, SA	1.551.418	0	0	1.551.418	0,0
6	ADM, E.P.	3.752.936	0	0	3.752.936	0,0
7	FARE	1.097.255	0	0	1.097.255	0,0
8	FFPI	138.749	0	0	138.749	0,0
9	FFPI a)	162.545	0	2.017	160.528	-1,2
10	FFH	386.065		0	386.065	0,0
11	ANE-Fundo de Estradas	2.754.903	4.453.128	0	7.208.031	161,6
12	FAP/GAPI	250.643	0	0	250.643	0,0
13	Empresa de Desenvolvimento Maputo Sul, E.P.	22.398.909	0	0	22.398.909	0,0
14	PPB d)	0	3.057.716	0	3.057.716	
15	IGEPE	514.074	0	0	514.074	0,0
16	Outros Reembolsos b) e c)	9.366	0	0	0	
Total		57.012.060	13.290.252	624.215	69.668.731	22,2

Fonte: Anexo Informativo 5 da CGE de 2016.

- a) Dívida reprogramada
- b) Não usado para o cálculo do saldo
- c) Depósito de 2015 confirmado em 2016 pela HCB.
- d) Registo de 1.ºs desembolsos da Porto de Pesca da Beira.

e) Celebração de mais acordos de retrocessão mesmo com incumprimento de reembolso dos anteriores

De acordo com o RPCGE 2015, em 2015 foram rubricados 7 acordos de financiamento pelo Estado, cujos fundos foram repassados para empresas públicas através de acordos de retrocessão.

Vide RPCGE 2015: Quadro n.º IX.15 – Acordos de Retrocessão Celebrados em 2015

N.º Ordem	Financiador	Empresa Implementadora	Valor	Moeda	Maturidade (anos)	Diferimento (anos)	Finalidade
1	China	Porto de Pesca da Beira	119.976.000	USD	13	7	Reabilitação do Porto de Pesca da Beira
2	Comissão das Comunidades Europeia/IFAD	Fundo de Fomento Pesqueiro	980.000	EUR	29	9	Financiamento de Iniciativas no Quadro do Projecto de Promoção da Pesca Artesanal
3	BEI	Aeroportos de Moçambique	20.000.000	EUR	16	4	Reabilitação de Infraestruturas Aeroportuárias do Aeroporto Internacional de Maputo - Melhorar a Gestão e os Padrões Operacionais
4	Kuwait	Electricidade de Moçambique	3.000.000	K.D.	19	4	Electrificação Rural do Niassa
5	Fundo Saudita	Electricidade de Moçambique	15.000.000	USD	20	10	Electrificação Rural do Niassa
6	IDA (WB)	Electricidade de Moçambique	3.365.000	SRD	30	10	Projecto de Acesso à Energia (EDAP) - Expansão do Período de Utilização para 31/12/15
7	IDA (WB)	Electricidade de Moçambique	2.622.452	SRD	20	-	Melhoria do Sistema de Transmissão da Substação de Matembo e Projecto de Reforço da Substação de Tete e Aquisição de uma Substação Móvel (Transmission Upgrad Project)

Fonte: DNT.

A empresa ADM, E.P., mesmo em situação de incumprimento de 2011-2015, ainda se beneficiou de um novo empréstimo, no valor de EUR 20.000.000, para a melhoria da gestão e padrões operacionais do Aeroporto Internacional de Maputo.

China financia construção do aeroporto de Xai-Xai¹

UM total de 52.8 milhões de dólares norte-americanos será disponibilizado pela República Popular da China para o financiamento da construção do Aeroporto de Xai-Xai, em Gaza, e aquisição de 100 autocarros para o transporte de passageiros nas cidades do país.

Deste valor, 45 milhões de dólares vêm-se juntar ao donativo de 15 milhões acordados recentemente para viabilizar o projecto de construção do aeroporto de Xai-Xai e os restantes 7.4 milhões deverão ser aplicados na aquisição de viaturas para o transporte público.

Oldemiro Baloi disse, na ocasião, que o futuro aeroporto de Xai-Xai colocaria a província de Gaza no circuito das ligações aeroportuárias do país, permitindo não só a mobilidade de pessoas e bens, como também servir como alternativa ou uma das plataformas de resposta às situações de emergência ou catástrofes naturais.

“Mais importante ainda, é o facto de visualizarmos a médio e longo prazos o aeroporto de Xai-Xai como uma infra-estrutura que colocará a província de Gaza na matriz regional e internacional, tendo em perspectiva as suas potencialidades, não apenas no desenvolvimento do sector do turismo, como também na atracção de outras actividades por conta das potencialidades que a província detém nas áreas de mineração, agricultura e agro-processamento”, acrescentou Baloi.

O ministro explicou que os donativos colocados à disposição de Moçambique são oportunos e vão permitir a operacionalização de acções inscritas no Plano Quinquenal do Governo, complementando os esforços empreendidos na busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida dos moçambicanos.

Nos últimos anos, inclusive com a confirmação de financiamento do Aeroporto de Xai-Xai, está claro que o incumprimento do reembolso dos empréstimos não tem sido um impedimento para que a empresa tenha acesso a novos empréstimos. A situação financeira da empresa não tem sido tomada em consideração quando o Estado se coloca como avalista dos empréstimos. Mantendo tudo o resto constante, o Estado está a comprometer-se a pagar por estes empréstimos no longo prazo.

No caso específico do Aeroporto de Xai-Xai, a vontade política¹² está a sobrepor-se a qualquer aspecto relacionado com viabilidade e/ou sustentabilidade da empresa. De facto, é imediatamente evidente que um aeroporto, a uma distância relativamente curta do Aeroporto Internacional de Maputo (221 km, que se pode fazer comodamente em 4 horas por terra), pode não atrair o número suficiente de passageiros para justificar um investimento de cerca de 50 milhões de dólares para uma obra como esta.

3. Desempenho Económico-Financeiro de 2011 a 2016

De acordo com os Relatórios e Contas da ADM, no cômputo geral, o volume de negócios da empresa teve um comportamento ascendente mormente devido à constante depreciação do Metical e não pelo core business da empresa.

Tabela Resumo do Desempenho Financeiro da ADM, EP.

Desempenho Financeiro	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Volume de negocios	1.029.658.684,00	1.045.096.925,00	1.346.020.291,00	1.525.196.056,00	1.858.862.414,00	2.756.739.050,00
Custos operacionais	1.036.880.010,00	1.174.907.213,00	1.339.439.487,00	1.789.152.749,00	2.032.970.825,00	2.092.252.981,00
Custos com Pessoal	375.338.052,00	441.860.075,00	540.635.638,00	633.501.986,00	656.483.545,00	723.091.606,00
EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e	419.960.858,00	301.725.332,00	524.698.754,00	573.276.322,00	941.008.477,00	999.293.659,00
Resultado Operacional	- 7.221.326,00	- 129.810.287,00	6.580.804,00	- 52.828.383,00	65.327.355,00	109.978.069,00
Lucro/prejuizo liquido	558.577.912,00	- 183.738.759,00	- 167.559.609,00	- 751.960.512,00	-3.004.156.883,00	- 7.658.081.101,00
Rentabilidade dos capitais	15%	Na	Na	Na	NA	NA
Racio de Endividamento	64%	92%	94%	75%	93%	67%

Fonte: Relatórios e Contas 2012-2016

Apesar disso, os passivos (dívidas a pagar) não correntes e correntes (de longo, médio e curto prazos) vêm registando igualmente um crescimento acentuado mormente influenciados pelos empréstimos obtidos e pela depreciação do Metical.

3.1. Empréstimos obtidos de curto prazo¹³

Mesmo com a contínua deterioração da capacidade de fazer face aos empréstimos de curto prazo, representada pela liquidez geral que cai a 0,25, os empréstimos registados no passivo corrente tiveram um crescimento contínuo de 2012 a 2015 (partindo de 55,31% para 242,46%), tendo sofrido apenas uma descontinuidade de cerca de 92,84 pontos percentuais em 2016 em relação a 2015.

¹² "O aeroporto em Gaza é uma realidade" – Presidente Nyusi, em comício popular realizado na Localidade de Licilo, Posto Administrativo de Chissano, Distrito de Limpopo (<http://www.presidencia.gov.mz/index.php/por/Actualidade/O-aeroporto-em-Gaza-e-uma-realidade-Presidente-Nyusi>; acessado em 11 de Abril de 2018 às 10:58 minutos)

¹³ Vide anexo com detalhe dos empréstimos obtidos (curto e longo prazos).

3.2. Empréstimos obtidos de longo prazo

Tendência crescente também foi verificada nos empréstimos de longo prazo, só que neste caso houve uma descontinuidade em 2014 que pode ser justificada pela conversão de acordos de retrocessão em capital social ocorrida neste mesmo ano. Embora a variação do aumento dos empréstimos obtidos no longo prazo seja significativamente menor neste caso (36,56% em 2016), o valor nominal até 2016 situava-se em 14,3 MMT.

Tabela Resumo do Balanço da ADM, EP.

Balanço	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Passivo não corrente	9.001.771.447,00	10.020.436.323,00	11.156.292.709,00	11.142.982.630,00	14.299.588.859,00	19.072.338.194,00
Empréstimos obtidos	5.525.425.384,00	7.022.719.199,00	8.024.472.187,00	7.296.452.800,00	10.437.287.638,00	14.253.277.294,00
Obrigações em locações financeiras	57.843.886,00	42.557.710,00	31.416.431,00	9.532.678,00	3.098.687,00	3.503.898,00
Passivos por impostos diferidos	288.551.228,00	-	-	17.710.282,00	37.486.651,00	971.423.591,00
Outros passivos não correntes	3.129.950.949,00	2.955.159.414,00	3.100.404.091,00	3.819.286.870,00	3.821.715.883,00	3.844.133.411,00
Passivo corrente	619.525.812,00	743.488.273,00	1.013.577.215,00	1.948.679.652,00	3.404.412.533,00	7.963.575.679,00
Fornecedores	87.808.730,00	126.204.074,00	203.035.539,00	279.063.201,00	287.243.445,00	403.744.347,00
Empréstimos obtidos	90.588.084,00	140.693.851,00	220.195.682,00	429.054.734,00	1.469.355.084,00	3.667.815.598,00
Obrigações em locações financeiras	22.527.063,00	28.927.632,00	26.581.495,00	21.467.598,00	8.170.562,00	1.385.667,00
Outros passivos financeiros	300.384.475,00	338.976.760,00	384.626.117,00	1.000.240.935,00	1.490.809.965,00	3.488.750.640,00
Impostos a pagar	32.711.483,00	32.754.310,00				
Outros passivos correntes	85.505.977,00	75.931.646,00	179.138.382,00	218.853.184,00	148.833.477,00	401.879.427,00

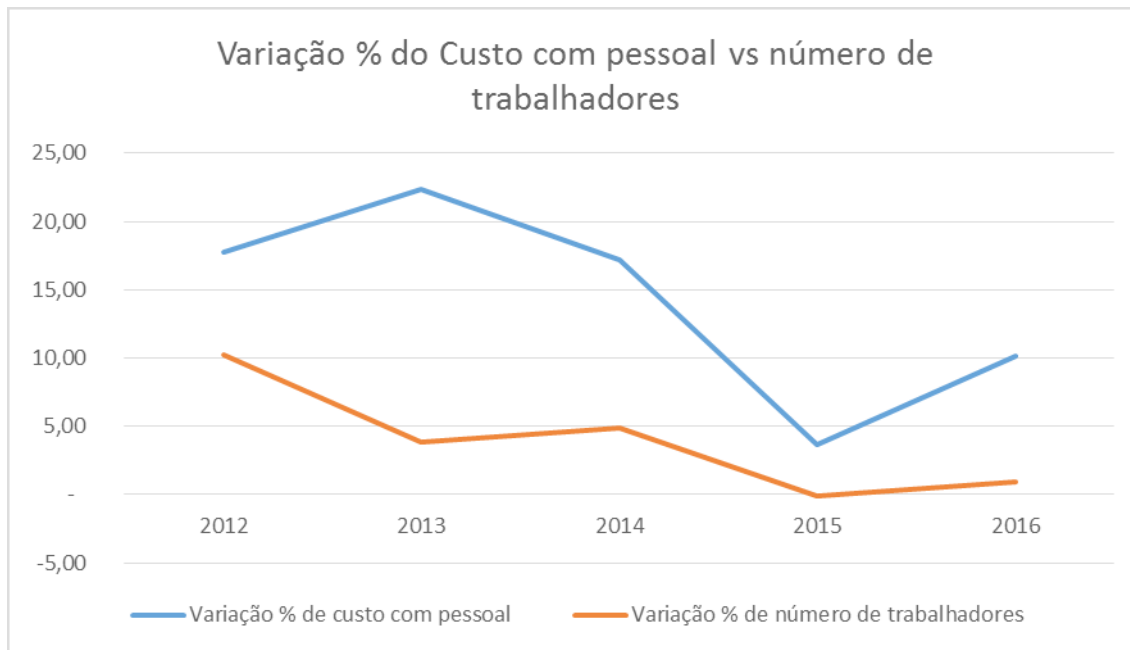
Fonte: Relatórios e Contas 2012-2016

No cômputo geral, nos relatórios e contas (R&C) os auditores chamam atenção ao nível de endividamento elevado. Contudo, nos primeiros anos, entre 2011 e 2013, ainda não constituíam motivo de alarme, já que a liquidez geral para financiar as operações correntes da empresa ainda se situava acima de 1 (e assim permitir que haveria disponibilidade suficiente para cumprir com as obrigações a curto prazo). Um outro aspecto frisado é que grande parte dos financiamentos desta empresa conta com garantias do Estado.

De acordo com o R&C 2014, o parecer do auditor interno defende que:

“Por imperativos estruturais, o rácio Custos com o Pessoal/Custos Total continuou acima do limite preconizado para as empresas públicas, situação que, face à sua natureza congênita, o ajustamento racional levará ainda alguns anos a acontecer.”

De acordo com o gráfico abaixo, a variação de custo pessoal versus número de trabalhadores tem tendência decrescente de 2013 a 2015. Todavia, experimentou um aumento em 2016: neste ano, o custo médio anual por trabalhador situou-se em 848.699 Meticais, comparado com 777.824 em 2015, um aumento de 9,1%. Chama a atenção que a ADM tem um forte desequilíbrio entre homens e mulheres: em 2016 79,1% eram homens e só 20,9% mulheres. Esperava-se que (de acordo com a variedade de actividades na empresa) dentro da força de trabalho a ADM pudesse atrair mais mulheres.



3.3. Ponto de Situação apresentado no Relatório e Contas da ADM do Exercício findo a 31 de Dezembro de 2016

O Relatório e as Contas da ADM do exercício findo a 31 de Dezembro de 2016 mostram resultados financeiros alarmantes. A deterioração da liquidez da empresa continuou as tendências observadas em anos anteriores, só que a um ritmo acelerante.

Assim, o próprio relatório tem que admitir que há problemas financeiros graves:

– “Os resultados da empresa no exercício de 2016 continuaram a ser afectados significativamente pela depreciação do Metical... Em 2016 o prejuízo da Empresa aumentou dos 3,0 mil milhões de Meticais (MMT) registados em 2015 para 7,7 MMT¹⁴ (um aumento de 154,9%).

– “O volume de negócios em 2016 registou um crescimento de 48% comparativamente a 2015 (parece positivo)... Em termos de resultado financeiro a empresa registou uma perda de 6,8 MMT¹⁵... (contrariando a tendência positiva do volume de negócios).

Além disto, as demonstrações financeiras dos auditores levantaram graves preocupações:

– “...o Capital Próprio da ADM corria o risco de ser absorvido pelo curso dos Resultados Líquidos de futuros exercícios, por força da necessidade de reconhecimento das Diferenças de Câmbios (negativas) não realizadas. Entretanto, embora seja agora a médio prazo, o risco continua presente.”¹⁶

– “...especial chamada de atenção continua a ir para a necessidade de optimização da... dívida acumulada versus real capacidade financeira e económica da ADM no tempo, não só para que deixe de pairar o espectro dos Capitais Próprios Negativos...”¹⁷

Em outras palavras, a ADM tem passivos muito elevados para além dos activos em moeda estrangeira. A situação conjuntural do País relativa a depreciação do Metical face ao Dólar e outras moedas gera diferenças cambiais e as dívidas não poderão ser liquidadas pela

¹⁴ Relatório e Contas dos Aeroportos de Moçambique, 2016 (pág. 56)

¹⁵ Relatório e Contas dos Aeroportos de Moçambique, 2016 (pág. 57)

¹⁶ Relatório e Contas dos Aeroportos de Moçambique, 2016 (pág. 67)

¹⁷ Relatório e Contas dos Aeroportos de Moçambique, 2016 (pág. 68)

empresa. Ou seja, as dívidas com terceiros/fornecedores aumentam mais do que a ADM tem a receber dos seus clientes por força das diferenças cambiais no Balanço. Assim, arrisca-se a ADM a reduzir o capital próprio por força dos prejuízos incorridos ao longo dos exercícios futuros, tendo como uma das alternativas aumentar o Valor do Capital para fazer face às dívidas e aumentar a capacidade financeira.

4. Conclusões

Todos os Relatórios e Contas, tanto da empresa como de auditores e do próprio Estado de Moçambique, demonstram uma degradação alarmante da ADM, E.P ao longo dos anos. A razão desta degradação pode dividir-se em dois grandes segmentos: (1) má gestão e (2) interferência política:

(1) A má gestão é em consequência de actividades não fiscalizadas devidamente pela própria empresa na construção das grandes obras. Como é reconhecido na literatura sobre as razões de corrupção em governos¹⁸, “os governos transferem grandes benefícios para empresas... através de contratos de aquisição e atribuição de concessões.” O pagamento de subornos resulta em projectos de alto custo e baixa rentabilidade, incorrendo em dívidas altas que não podem ser reembolsadas pela empresa. E como para conseguir os empréstimos a empresa se beneficia de cartas de conforto do Estado, é o Orçamento do Estado que fica carregado com os custos dos reembolsos dos empréstimos. É assim que se engendram os projectos denominados “elefantes brancos”.

(2) A interferência política causa igualmente grandes distorções financeiras à empresa. Obrigado pelo próprio Estado, a empresa é instruída a executar projectos do tipo “elefante branco” que não rendem os recursos financeiros preciosos para reembolsar os empréstimos. Dado que, como indicado no começo deste Artigo, a ADM “tem por objecto principal, em regime exclusivo, estabelecer e explorar o serviço público de apoio à aviação civil”, as decisões de se construir ou não um aeroporto são tomadas de um ponto de vista político – que não considera o aspecto de que se o projecto vai gerar os recursos necessários para o reembolso dos empréstimos.

Nota-se neste contexto a declaração, e mesmo promessa, do Presidente Nyusi que “O aeroporto em Gaza é uma realidade”. De facto, é imediatamente evidente que um aeroporto, a uma distância relativamente curta do Aeroporto Internacional de Maputo (221 km, que se pode fazer comodamente em 4 horas por terra) não pode atrair um número suficiente de passageiros para justificar um investimento de cerca de 50 milhões de dólares para uma obra como esta.

A análise das actividades e fluxos financeiros da ADM, E.P. leva à conclusão que neste momento, em Moçambique, não existem recursos necessários para que esta empresa possa seguir operando sem reformas profundas. A carga para o Orçamento do Estado é forte, em detrimento de investimentos nos sectores sociais.

É por isto que o CIP quer chamar a atenção da sociedade sobre este uso abusivo de fundos financeiros, num momento em que o sector fiscal já sofre de um endividamento assustador. É preciso reconhecer que Moçambique ainda não pode dar-se ao luxo de investimentos desta envergadura que implicam endividamento que só pode ser reembolsado por gerações futuras.

É hora de uma reforma da ADM, E.P. Os “elefantes brancos” vêm-se bonitos nas fotos – mas só servem a elite e não aos Moçambicanos, em geral.

¹⁸ Susan Rose-Ackerman, *Corrupção e Governo*, 1999, página 49.

Anexo: Empréstimos obtidos (até ao Exercício Económico de 2016)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

22.1. Millennium BIM

- Empréstimo no valor de USD 6.200.000 contraídos a 27 de Dezembro de 2007, por um prazo de 10 anos tinha por objectivo a aquisição de 12 viaturas de combate a incêndio. Este empréstimo está sujeito a reembolsos mensais a partir de 28 de Março de 2008 a uma taxa de juro de Libor 1 mês acrescido de um *spread* de 2,5 %. O empréstimo possui as seguintes garantias:
 - (i) Livrança com o valor e data de vencimento em branco e com a cláusula sem despesas incerta subscrita pelos Aeroportos de Moçambique, reconhecendo ao BIM o direito de preenche-la em caso de incumprimento;
 - (ii) Hipoteca a favor do BIM em primeiro grau sobre cada uma das viaturas adquiridas com o empréstimo;
 - (iii) Contrato de cessação de créditos e de consignação a favor do BIM no âmbito do qual os ADM, E.P. cederá ao BIM quaisquer créditos em moeda externa que detenha ou venha a deter sobre as companhias *Malaysian Airlines, Cathay Pacific, Singapura Airlines, Air Mauritius-e Emirates*, ou outras sociedades afins em virtude de taxas de sobrevoos que sejam devidas por estas entidades à ADM;
- Empréstimo no valor de USD 6.800.000 contraídos a 27 de Dezembro de 2007 com o objectivo de adquirir equipamento de navegação aérea, por um prazo de 10 anos. O empréstimo está sujeito a reembolsos mensais a partir de 28 de Novembro de 2008 e, sujeito a uma taxa de juro de Libor 1 mês acrescido de um *spread* de 4 %. O empréstimo possui as seguintes garantias:
 - (i) Livrança com o valor e data de vencimento em branco e com a cláusula sem despesas incerta subscrita pelos Aeroportos de Moçambique, reconhecendo ao BIM o direito de preenchê-la em caso de incumprimento;
 - (ii) Penhor mercantil do equipamento e registo do equipamento passível de registo;
 - (iii) Manutenção das receitas provenientes das taxas de sobrevoos da *Malaysian Airlines, Cathay Pacific, Singapura Airlines, Air Mauritius Emirates* junto do BIM;
 - (iv) Depósito de receitas provenientes das taxas de embarque junto do BIM em contas abertas para o efeito, autorizando ao BIM o débito destas contas para efeitos de pagamento de qualquer montante devido por força do contrato.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

22.2 Standard Bank

- Facilidade de Crédito no valor de USD 10.000.000 contraído em 22 de Dezembro de 2010. O valor começou a ser desembolsado a partir de 10 de Fevereiro de 2011. O empréstimo teve por finalidade a construção do Aeroporto Internacional de Nacala, a amortizar por um período 120 meses e vence juros a taxa Libor 3 meses acrescido de um *spread* de 6,73%. O contrato possui um termo de garantia emitida pelo Ministério da Economia e Finanças, Direcção Nacional do Tesouro, nos termos do qual o Estado Moçambicano se compromete em caso de incumprimento da ADM ao pagamento parcial ou total das referidas obrigações, sempre que assim exigidas pelo Banco.

Reestruturação do saldo em dívida à 13.09.16 do empréstimo acima descrito, no montante de USD 5.822.329,46, concedido até 31.08.21, sendo que as prestações são pagas trimestralmente, e postecipadamente. Sobre o capital em dívida incidirão juros contados diariamente a uma taxa anual correspondente à taxa Libor à 3 (três) meses, acrescida de um *spread* de 7,5%.

- Empréstimo no valor de USD 4.000.000 firmado em 22 de Maio de 2012, cujo objecto é suportar a aquisição do equipamento para a torre de controlo do Aeroporto Internacional de Maputo. O reembolso far-se-á em 48 meses e está sujeito a uma taxa Libor 3M+ *spread* de 6,73%.
- Empréstimo no valor de USD 22.000.000 contraído em 29 de Março de 2013. O valor começou a ser desembolsado a partir de 02 de Maio de 2013 e, até a data haviam sido desembolsados cerca de USD 21.999.552. O empréstimo teve por finalidade a construção do Aeroporto Internacional de Nacala, a amortizar por um período 84 meses e vence juros a taxa Libor 3 meses acrescido de um *spread* de 7,2%. O contrato possui uma carta conforto de garantia emitida pelo Ministério de Economia e Finanças, Direcção Nacional do Tesouro, nos termos do qual o Estado Moçambicano se compromete em caso de incumprimento da ADM ao pagamento parcial ou total das referidas obrigações, sempre que assim exigidas pelo Banco.

Refinanciamento do saldo em dívida à 13.09.16 do empréstimo acima descrito, no montante de USD 19.311.599,39, concedido até 31.08.21, com prestações pagas trimestralmente, e postecipadamente. Sobre o capital em dívida incidirão juros contados diariamente a uma taxa anual correspondente à taxa Libor à 3 (três) meses, acrescida de um *spread* de 7,5%.

- Facilidade de Crédito no valor de USD 1.906.000 contraído em 01 de Dezembro de 2015 com a finalidade de reforçar a tesouraria. Este empréstimo está sujeito a taxa anual correspondente à *Libor* (3 meses), acrescida de um *spread* de 8%, o reembolso do capital far-se-á com prazo "On Demand" mas não superior a 6 meses, e o capital utilizado deverá ser reembolsado na sua totalidade.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reprogramação do saldo em dívida à 13.09.16 do empréstimo acima descrito, no montante de USD1.144.405,13, concedido até 31.08.21, com prestações pagas trimestralmente, e postecipadamente. Sobre o capital em dívida incidirão juros contados diariamente a uma taxa anual correspondente à taxa Libor à 3 (três) meses, acrescida de um *spread* de 7,5%.

22.3 BancABC

- Facilidade de Crédito no valor de USD 2.000.000 contraídos a 26 de Outubro de 2012 no intuito de financiar a construção da nova torre de controle para o Aeródromo de Vilankulo. Este empréstimo tem o prazo de 36 meses e, está sujeito a uma taxa de juro “Prime Rate” acrescido de um *spread* de 2% e possui como garantia uma livrança com o valor e data de vencimento em banco e com cláusula sem despesa incerta, reconhecendo ao BancABC o direito de preenchê-la em caso de incumprimento. O financiamento foi objecto de reestruturação do saldo em dívida à 31.10.15 (USD 974.125,21). A facilidade de crédito em causa beneficiou-se de uma reestruturação no exercício em referência, cuja última prestação foi paga em Janeiro de 2017.

22.4 Banco Comercial e de Investimento

- Facilidade de Crédito no valor em moeda nacional correspondente a USD 41.534.260 contraídos a 24 de Junho de 2014 com o objectivo de financiar a construção do Aeroporto Internacional de Nacala. Este empréstimo tem prazo de 15 anos com um período de graça de 2 anos. O empréstimo está sujeito a uma taxa de juro de 12%. Para além da Carta Conforto emitida pelo Ministério da Economia e Finanças, este empréstimo também possui como garantia uma livrança de caução em branca subscrita pelos Aeroportos de Moçambique, reconhecendo ao Banco Comercial e de Investimentos o direito de preenche-la em caso de incumprimento. A 31 Dezembro de 2016 o valor em dívida do empréstimo era de 1.296.699.494,17 Meticais.

Facilidade de Crédito em processo de reestruturação.

- Conta caucionada com o limite de USD 1.000.000 com um prazo anual renovável, contratada em 3 de Julho de 2008 com a finalidade de reforçar a tesouraria. Esta conta está sujeito a taxa de juro “Prime Rate”, acrescida de um *spread* de 3%. A conta possui como garantia uma livrança com o valor e data de vencimento em branco e com a cláusula sem despesas incerta subscrita pelos Aeroportos de Moçambique, reconhecendo ao Banco Comercial e de Investimentos o direito de preenche-la em caso de incumprimento. Reestruturação do saldo em dívida à 30.12.16 da conta corrente caucionada, no valor de USD 1.000.000, em facilidade de crédito em moeda nacional (71.420.000 Meticais) a amortizar por um período de 48 meses, em prestações mensais de capital e juro, com vencimento a cada dia 5, sujeito a uma taxa de juro Libor+7%.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Conta caucionada com o limite de 12.000.000 Meticais com um prazo anual renovável, contratada em 1 de Julho de 2011 com a finalidade de reforçar a tesouraria. Esta conta está sujeita a taxa de juro indexada a FPC acrescida de um *spread* de 2%. A conta possui como garantia uma livrança em branco com o valor e data de vencimento e com a cláusula sem despesas incerta subscrita pelos Aeroportos de Moçambique, reconhecendo ao Banco Comercial e de Investimentos o direito de preenchê-la em caso de incumprimento.
- Facilidade de Crédito no valor de USD 17.000.000 contraídos a 01 de Julho de 2008, com o objectivo de reabilitar e ampliar o edifício Sede dos Aeroportos de Moçambique e reabilitação do Aeródromo de Vilankulo. Este empréstimo tem prazo de 180 meses com um período de carência de capital de 18 meses e, está sujeito a uma taxa de Libor 1 Mês acrescido de um *spread* de 3,25% e possui como garantia uma livrança com o valor e data de vencimento em branco e com a cláusula sem despesas incerta subscrita pelos Aeroportos de Moçambique, reconhecendo ao Banco Comercial e de Investimentos o direito de preenche-la em caso de incumprimento.

22.5 Export-Import Bank of China

- Empréstimo no valor de USD 23.301.644 contraídos a 25 de Setembro de 2008 com o objectivo de financiar a reabilitação do Aeroporto Internacional de Maputo. Este empréstimo tem prazo de 12 anos com um período de graça de 3 anos. O empréstimo está sujeito a uma taxa de juro de Libor 6 meses acrescido de uma margem de 2,5 % e possui garantia soberana. O plano financeiro desta facilidade de crédito previu para o presente exercício o vencimento de duas prestações semestrais, no entanto, face a conjuntura que a empresa viu-se mergulhada, contrariando todas expectativas e optimismos, levaram a uma situação de incumprimento face as prestações vencidas nos meses de Janeiro e Julho.

Encontra-se em processo de reestruturação o saldo em dívida à 31.12.16 do empréstimo acima descrito, no montante de USD 15.534.429,16.

22.6 Moza Banco S.A.

- Facilidade de Crédito em forma Conta Corrente Cautiionada no valor de 15.000.000 Meticais destinado ao apoio à tesouraria. Este empréstimo foi contraído em 29 de Outubro de 2013 à uma taxa de juro “Prime Rate do Moza Banco” acrescido de um *spread* de 1,5%. A conta possui como garantia uma livrança em branco com o valor e data de vencimento e com a cláusula sem despesas incerta subscrita pelos Aeroportos de Moçambique, reconhecendo ao Moza Banco o direito de preenchê-la em caso de incumprimento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Conta caucionada com o limite de 196.625.000 Meticais, contratada em 5 de Janeiro de 2015 com a finalidade de reforçar a tesouraria e aprovisionar a collateral. Esta conta está sujeito a taxa de juro “Prime Top do Moza Banco”, reduzida de um *spread* de 0,5%. A conta possui como garantia soberana, a favor do banco e foi entregue uma garantia bancária “*paid on first demand*” emitida pelo Ministério da Economia e Finanças no montante de USD 5.500.000, para cobrir o empréstimo em causa e os respectivos encargos.

22.7 Banco Nacional de Desenvolvimento Económico Brasil (BNDES)

- Empréstimo no valor de USD 80.000.000 contraídos a 28 de Abril de 2011, com o objectivo de financiar a construção do Aeroporto Internacional de Nacala. Este empréstimo tem prazo de 32 semestres com um período de carência de capital de 48 meses e, está sujeito a uma taxa de juro Libor 60 meses acrescido de um *spread* de 2 % e possui uma garantia soberana emitida pelo Ministério da Economia e Finanças. À 31 de Dezembro de 2016 encontrava-se em dívida USD 69.567.771,23.
- Facilidade de Crédito no valor de USD 45.000.000 contraídos a 06 de Setembro de 2013, com o objectivo de financiar a construção do Aeroporto Internacional de Nacala. Este empréstimo tem prazo de 23 semestres e, está sujeito a uma taxa de juro Libor 60 meses acrescido de um *spread* de 2 % e possui uma garantia soberana emitida pelo Ministério da Economia e Finanças. À 31 de Dezembro de 2016 encontrava-se em dívida USD 38.322.619,88.

Venceram em Maio e Novembro do exercício findo a 31.12.16, a 3ª e 4ª prestação (capital e juro) deste empréstimo, respectivamente, no entanto, face a conjuntura que a empresa atravessou, não foi possível honrar com a última semestralidade prevista para o ano em referência. Referir que no ano em causa iniciou-se o processo de conversações entre o Estado Moçambicano e o BNDES com a finalidade de reestruturar o saldo em dívida dos dois empréstimos que à 31.12.16 somavam USD 107.890.391,11.

22.8. Estado Moçambicano

Empréstimo no valor de USD 44.000.000 concedido pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) ao Estado Moçambicano e, por este repassado a Aeroportos de Moçambique através de um acordo de retrocessão. O empréstimo destina-se a financiar a reabilitação da pista e áreas de manobras do Aeroporto Internacional de Maputo e melhorar a gestão e os padrões internacionais. O empréstimo vence juros anuais de 0,80% tem um prazo de dezasseis anos, através de uma série de 32 prestações semestrais de capital e juro, após um período de graça de 4 anos. À 31 de Dezembro de 2016 o valor em dívida do empréstimo era de USD 38.381.987.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

22.9. Banco Mais

- Conta caucionada com o limite de 35.000.000 Meticais com um prazo anual renovável, contratada em 31 de Outubro de 2014 com a finalidade de reforçar a tesouraria. Esta conta está sujeita a taxa de PRL do Banco Mais. A conta possui como garantia uma livrança em branco com o valor e data de vencimento e com a cláusula sem despesas incerta subscrita pelos Aeroportos de Moçambique.

À 29 de Novembro de 2016, a conta corrente caucionada em causa, foi convertida em empréstimo de 30.000.000 meticais, à amortizar por um período de 84 meses, sujeito a uma taxa PRL do Banco Mais, acrescida de um *spread* de 3%.

22.10 *First National Bank* (FNB)

- Empréstimo no valor de USD 1.000.000 contraídos a 09 de Dezembro de 2013 no intuito de financiar a construção e reabilitação de infra-estruturas no Aeroporto de Pemba. Este empréstimo tem o prazo de 60 meses e, está sujeito a uma taxa de juro “*Libor*” e possui como garantia uma livrança em branco, podendo o FNB utilizar a referida livrança da forma que lhe convier, apresentando à cobrança, descontando-a ou procedendo à sua execução judicial. A 31 Dezembro de 2016 o valor em dívida do empréstimo era de USD 534.673,32.

22.11 Banco Único

- Conta caucionada com o limite de 20.000.000 Meticais com um prazo anual renovável, contratada em 23 de Janeiro de 2014 com a finalidade de reforçar a tesouraria. Esta conta está sujeita a taxa de juro PRL, acrescida de um *spread* de 2%. A conta possui como garantia uma livrança em branco subscrito pelos Aeroportos de Moçambique, E.P, ficando o banco irrevogavelmente autorizado a proceder ao seu preenchimento, logo que ocorra incumprimento das obrigações, nos termos que tiver por conveniente.

22.12 *Deutsche Bank S.A.E*

- Facilidade de Crédito no valor de USD 9.690.801,35 contraídos a 17 de Dezembro de 2013 com o objectivo de financiar Infra-estruturas do Aeroporto Internacional de Maputo. Este empréstimo tem prazo de 16 anos com um período de graça de 2 anos. O empréstimo está sujeito a uma taxa de juro “*Libor*” acrescida de uma margem de 3,5%. Para além da Carta Conforto emitida pelo Estado, este empréstimo também possui como garantia uma livrança de caução em branca subscrita pelos Aeroportos de Moçambique reconhecendo ao banco o direito de preenche-la em caso de incumprimento e uma carta conforto emitida pelo Ministério da Economia e Finanças. A 31 Dezembro de 2016 o valor em dívida do empréstimo era de USD 8.169.275,76.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23.1 Millennium BIM

- Operação de *leasing* imobiliário, celebrado a 10 de Julho de 2003 para aquisição de uma moradia sita no bairro Triunfo no valor de USD 260.000, com rendas antecipadas de 180 meses, com início a 16 de Maio de 2006 e o seu término a 15 de Julho de 2018. O *leasing* vence juros à taxa de 5,785%. O imóvel tem um valor residual de USD 39.000. A locação possui como garantia uma livrança em branco que pode ser utilizada pelo banco, caso a empresa não cumpra com as suas obrigações.

23.2 Standard Bank

- Contrato de locação financeira celebrado a 05 de Novembro de 2013 para aquisição de viaturas com o valor total de 14.490.000 Meticais. O reembolso do contrato subdivide-se em 36 prestações com início em 05 de Dezembro de 2013 e o seu término ocorreu a 05 de Novembro de 2016. O mesmo vence juros contados diariamente à taxa correspondente a "Prime Rate" do banco, acrescida de um *spread* de 1%. A locação possuía como garantia uma livrança em branco que podia ser utilizada pelo banco, caso a Empresa não cumprisse com as suas obrigações. À 31 de Dezembro de 2016 encontrava-se o financiamento liquidado.
- Contrato de locação financeira celebrado a 16 de Dezembro de 2012 para aquisição de viaturas com o valor total de 11.601.502 Meticais. O reembolso do contrato subdivide-se em 48 prestações com início em 21 de Dezembro de 2012 e o seu término ocorreu a 16 de Novembro de 2016. O mesmo vence juros contados diariamente à taxa correspondente a "Prime Rate" do banco, acrescida de um *spread* de 1%. A locação possuía como garantia uma livrança em branco que podia ser utilizada pelo banco, caso a Empresa não cumprisse com as suas obrigações. Venceu a última prestação deste contrato à 21 de Dezembro de 2016.

24. Outros Passivos Financeiros

			MT
Descrição	Variação	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Fornecedores de Bens de Capital	177%	2.112.441.963	762.568.645
Credores Diversos	89%	1.376.308.677	728.241.320
Total	134%	3.488.750.640	1.490.809.965

Os Outros Passivos Financeiros, integram os saldos de Fornecedores de Capital bem como os Credores não regulares, sendo que, 87% do saldo de Fornecedores de Bens de Capital correspondem as facturas a pagar à ODEBRECHT, no âmbito do projecto de construção do aeroporto de Nacala. Em Credores Diversos, 42% corresponde à taxa de segurança facturada e ainda por cobrar na parcela respeitante à concessionária Kudumba e ao IACM.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Reino dos Países Baixos

Canada
Embaixada do Canadá



Norwegian Embassy



Informação editorial

Director: Adriano Nuvunga

Autora: Celeste Banze

Equipa técnica: Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Banze, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Inocência Mapisse, Jorge Matine Stélio Bila,

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Maquetização: Liliana Mangove

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
f @CIP.Mozambique t @CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique